



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.153-B, DE 2020

(Da Sra. Dulce Miranda)

Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano, pela aprovação (relator: DEP. BIBO NUNES); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO URBANO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Urbano:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o prêmio Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados brasileiros que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

Art. 2º O Selo Cidade Cidadã objetiva estimular e reconhecer o desenvolvimento de políticas públicas urbanas que aprimorem o desenvolvimento das funções sociais da cidade, o equilíbrio ambiental e o bem-estar de seus cidadãos.

Art. 3º Órgãos e entidades da Administração Pública Federal responsáveis por políticas de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, organizarão concurso público, anualmente, para seleção de Município e Estado que se destaque na implementação de política pública de desenvolvimento urbano.

§ 1º As políticas públicas deverão ser premiadas por categorias populacionais e grupos temáticos, os quais deverão ser definidos pelo edital do concurso público.

§ 2º O Edital do concurso público deverá especificar, pelo menos, os requisitos de participação, as etapas e prazos de seleção e os critérios de avaliação dos projetos.

§ 3º A avaliação das políticas públicas deverá contemplar, obrigatoriamente, a compatibilidade das ações com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

§ 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal responsáveis por políticas de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, poderão realizar acordos, convênios ou outros ajustes para delegar a realização do concurso público de que trata o *caput* deste artigo para órgãos ou entidades públicas federais de qualquer Poder ou para associações sem fins lucrativos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Entre 2 e 4 de dezembro de 2003 realizava-se no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados (CD) a V Conferência das Cidades. O evento foi organizado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da CD, naquela época denominada Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI). A conferência objetivou reunir gestores públicos e especialistas para discutir um tema até hoje extremamente atual e desafiador: a inclusão social nas cidades. Além desse importante debate, a conferência contou com o lançamento, pela CDUI, do selo Cidade-Cidadã, que seria concedido, a partir de 2004, ao Município e ao Estado que desenvolvessem as melhores práticas de administração com inclusão social.

A criação do Selo representou uma iniciativa de grande valor para o incentivo e o reconhecimento da implementação de políticas públicas urbanas eficientes no Brasil. Há que se lembrar que o Brasil já é um país predominantemente urbano, haja vista que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, **84,72% da população brasileira vive áreas urbanas**. Essas áreas, no entanto, abrigam os mais diversos problemas econômicos, sociais e ambientais, como consequência de um processo de urbanização acelerado e carente de adequado planejamento por que passou o Brasil. A adoção de políticas públicas urbanas capazes de trazer soluções a esses problemas e promover o desenvolvimento urbano sustentável e justo é uma das agendas mais urgentes e importantes dos Poderes Públicos de todas as esferas da federação. Todas as iniciativas que contribuam para o enfrentamento desse desafio são, portanto, importantes e devem ser fortalecidas.

Consoante o site oficial da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados¹, apenas até 2012 foram realizados concursos públicos para premiação de Municípios e Estados com o Selo Cidade Cidadã. Ao que parece, a CDU, por motivos que se desconhece, deixou de realizar essa premiação.

Com vistas a trazer de volta e fortalecer o prêmio Selo Cidade Cidadã, retomando o reconhecimento e o estímulo ao desenvolvimento urbano econômico, ambiental e socialmente justo e sustentável, apresento este Projeto que positiva em Lei o Selo e o concurso público anual, a ser organizado por órgãos e entidades da Administração Pública Federal responsáveis por políticas de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Haja vista que a Câmara dos Deputados já possui expertise na realização do concurso e na seleção de Estados e Municípios, o projeto prevê a possibilidade de delegação do concurso a órgãos e entidades públicas federais de quaisquer poderes ou a associações sem fins lucrativos. Assim, conforme o ajuste a ser celebrado, a CD poderá voltar e realizar a premiação.

Certa de que este Projeto contribuirá na construção de cidades adequadas ao bem-estar dos cidadãos brasileiros, conclamo os nobres Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputada DULCE MIRANDA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

¹ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdu/seminarios-e-outros-eventos/concurso-selo-cidade-cidada> Acesso em Dez/2019

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DIRETRIZES GERAIS**

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

.....
.....

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 2.153, DE 2020

Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

Autora: Deputada DULCE MIRANDA

Relator: Deputado BIBO NUNES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.153, de 2020, da ilustre Deputada Dulce Miranda cria o prêmio Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados brasileiros que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001 (Estatuto da Cidade).

De acordo com o artigo 3º do referido projeto, o concurso público deverá ser realizado por órgãos e entidades da Administração Pública Federal responsáveis por políticas de desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. O projeto prevê ainda que as políticas públicas deverão ser premiadas por categorias populacionais e grupos temáticos e que o edital do concurso público deverá especificar, pelo menos, os requisitos de participação, as etapas e prazos de seleção e os critérios de avaliação dos projetos. Fica autorizada também, a realização acordos, convênios ou outros ajustes para delegar a realização do concurso



público para órgãos ou entidades públicas federais de qualquer Poder ou para associações sem fins lucrativos.

A proposição tramita em regime ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuída às Comissões de Desenvolvimento Urbano - CDU; Finanças e Tributação - CFT (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (Art. 54 RICD).

Nesta CDU, dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A concretização do direito à cidade tem se mostrado um desafio persistente no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, com seu capítulo próprio de política urbana, com a incorporação do conceito de função social da cidade, até a edição de importantes diplomas legais, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001).

Mesmo com bases normativas sólidas e a disponibilização de importantes instrumentos de gestão urbana, delineados com o objetivo de tornarem as cidades socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, a realidade revela a reduzida aplicação desses estatutos. Como resultado, os espaços urbanos brasileiros ainda são marcados pela intensa segregação social, com a consequente desigualdade no acesso aos equipamentos públicos e à infraestrutura urbana, além da proliferação de problemas crônicos como a violência, a poluição e a dificuldade de locomoção nas cidades. Em suma, o direito à cidade ainda não é realidade para muitos cidadãos brasileiros.

Entre as principais causas para esse fenômeno está a escassez de recursos financeiros, de aparato administrativo e de conhecimento técnico do Municípios brasileiros: principais responsáveis pela implementação da política de desenvolvimento urbano. Nesse contexto, é de suma importância exaltar e propagar as iniciativas exitosas em gestão urbana, haja vista



requererem esforços significativos dos gestores públicos, que enfrentam robustas carências e obstáculos.

Somente por esse motivo já seria de grande importância o projeto que ora analisamos, mas vislumbro, ainda, benefícios que extrapolam o reconhecimento dos esforços empreendidos para a melhoria do ambiente urbano. Entendo que a disseminação de boas práticas tem grande relevância, na medida em que estimula a troca de conhecimentos entre gestores de diferentes entes federativos e, com isso, proporciona a união de esforços, por meio de acordos interfederativos, como consórcios e convênios, para que casos de sucesso em gestão urbana possam ser replicados em diversas cidades brasileiras. Há que se destacar que a associação de entes federativos é, provavelmente, a grande chave para vencer as dificuldades e carências que impedem a evolução municipal na gestão urbana.

Felizmente, iniciativas públicas e privadas isoladas já fazem o papel de reconhecer e disseminar casos de sucesso em gestão de cidades. Podemos citar, por exemplo, o Congresso Gaúcho de Cidades Digitais e Inteligentes, que reúne prefeituras de todo o Estado para a entrega de prêmios relacionados a projetos inovadores com impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos. O evento já está na sua 3º edição e tem como objetivo “promover o intercâmbio de experiências e melhores práticas entre os municípios”¹ e “reconhecer e incentivar iniciativas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento de cidades inteligentes e conectadas.”¹.

Outra iniciativa importante é o Prêmio Band Cidades Excelentes², criado para reconhecer iniciativas pioneiras de gestão pública municipal, para incentivar a implementação de projetos de melhoria na esfera pública, para compartilhar referências e soluções de gestão para inspirar outros municípios e para valorizar servidores públicos que atuam de forma proativa em benefício da população. Na última edição, o Município de Erechim ficou em primeiro lugar geral no Rio Grande do Sul, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes.³ Por fim, importante citar o prêmio InovaCidade, concedido

1 <https://redecidadedigital.com.br/noticias/rede-cidade-digital-divulga-lista-de-projetos-inovadores-aprovados-para-o-3%C2%BA-congresso-gaucha-de-cidades-digitais-e-inteligentes/9917>

2 <https://premiocidadesexcelentes.band.uol.com.br/o-premio/>

3 <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/17251/cidades-excelentes-erechim-e-a-primeira-colocada-no-rio-grande-do-sul>



pelo Instituto *Smart City Business America*, com o objetivo de premiar as iniciativas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Na edição de 2023, a prefeitura de Esteio (RS) foi uma das vencedoras do prêmio.

Não obstante eu tenha trazido aqui apenas exemplos de cidades gaúchas que foram publicamente reconhecidas por suas iniciativas de melhoria na qualidade de vida da população urbana, é evidente que cidades de outros Estados possuem o mesmo mérito, já tendo sido reconhecidas ou devendo sê-las. Uma iniciativa federal de reconhecimento e premiação é importante para lançar luz aos demais casos de sucesso no país e para estimular a troca de conhecimento entre os entes federativos.

O PL nº 2.153, de 2020 tem, portanto, grande importância e merece ser aprovado, trazendo de volta prêmio já antes concedido pela Câmara dos Deputados. Agora positivamos em lei, o que lhe confere maior relevância e perenidade.

Diante de todo o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.153, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado BIBO NUNES
Relator

2023-8763





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 2.153, DE 2020

III - PARECER DA COMISSÃO

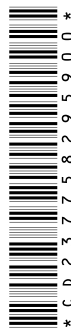
A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.153/2020, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bibó Nunes.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Acácio Favacho - Presidente, Carlos Chiodini, Guilherme Boulos e Marangoni - Vice-Presidentes, Adriano do Baldy, Chiquinho Brazão, Denise Pessôa, Joseildo Ramos, Lêda Borges, Marcelo Lima, Marcos Pollon, Pedro Aihara, Abílio Brunini, Antonio Andrade, Cleber Verde, Max Lemos, Ricardo Maia e Toninho Wandscheer.

Sala da Comissão, em 9 de agosto de 2023.

Deputado ACÁCIO FAVACHO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 2.153, de 2020

Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

Autora: Deputada DULCE MIRANDA

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I —RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria da Deputada DULCE MIRANDA, dispõe sobre a criação do Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

Segundo a justificativa do autor, “este Projeto contribuirá na construção de cidades adequadas ao bem-estar dos cidadãos brasileiros, conclamo os nobres Pares a sua aprovação”.

O projeto tramita em regime ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Desenvolvimento Urbano - CDU; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Na CDU, o projeto foi aprovado, sem ter recebido emendas.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

É o relatório.

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto, observa-se que este contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da **União** ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não*.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto adequação financeira e orçamentaria do PL nº 2.153, de 2020.

Sala da Comissão, em 10 de julho de 2024.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.153, DE 2020

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.153/2020, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Mário Negromonte Jr. - Presidente, Fernando Monteiro - Vice-Presidente, Adail Filho, Átila Lins, Cabo Gilberto Silva, Cobalchini, Delegado Fabio Costa, Fábio Teruel, Hildo Rocha, Marcelo Queiroz, Marcio Alvino, Mauro Benevides Filho, Merlong Solano, Newton Cardoso Jr, Pauderney Avelino, Pedro Paulo, Reinhold Stephanes, Sanderson, Sidney Leite, Abilio Brunini, Alceu Moreira, Aureo Ribeiro, Camila Jara, Capitão Alberto Neto, Coronel Meira, Dayany Bittencourt, Duarte Jr., Gilberto Abramo, Gilson Daniel, Jadyel Alencar, João Carlos Bacelar, Josenildo, Kim Katagui, Laura Carneiro, Lindbergh Farias, Luiz Gastão, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marcelo Crivella, Marcos Tavares, Otto Alencar Filho, Pedro Westphalen e Sargento Portugal.

Sala da Comissão, em 14 de agosto de 2024.

Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente



FIM DO DOCUMENTO